

CRESCIMENTO ECONÔMICO E A ASSOCIAÇÃO ESPACIAL DE CLUSTERS MUNICIPAIS NO ESTADO DE GOIÁS, 2002-2016

Antonio Marcos de Queiroz

Professor adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (Face/UFG). *E-mail:* <antonio_marcos_queiroz@ufg.br>.

Murilo José de Souza Pires

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail:* <murilo.pires@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2636>

Desde o final dos anos 1960, a estrutura agropecuária do estado de Goiás vem passando por um processo de modernização, uma vez que as inovações tecnológicas (físico-químicas, biológicas e mecânicas) introduzidas pela Revolução Verde penetraram as unidades de produção agropecuárias deste espaço regional, impulsionando, assim, o incremento da produção agrícola.

Isso aconteceu por meio dos incentivos proporcionados pelos planos de desenvolvimento regional, como o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir II), que se objetivaram entre os anos de 1974 e 1979, no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), os quais colocaram a região Centro-Oeste na fronteira de expansão da agropecuária nacional.

Neste sentido, a soja tornou-se o principal vetor desse processo de transformação da estrutura produtiva, incrementando, assim, o produto agrícola goiano que proporcionou, nos anos 1980, as condições objetivas para a entrada das grandes *tradings companies* em Goiás, as quais se estabeleceram na região com o objetivo de demandar parte do excedente agrícola gerado no estado.

Com a crise fiscal e financeira do estado brasileiro nos anos 1980, o governo federal reduziu os incentivos para o processo de modernização das estruturas produtivas das regiões periféricas como a goiana. No entanto, o estado de Goiás iniciou sua política de incentivo e benefício fiscal com o objetivo de impulsionar o processo de crescimento industrial em seu espaço regional.

Assim, o estado de Goiás apresentou, nos anos 1980, um projeto audacioso para impulsionar sua transformação

industrial por meio da criação do Fundo de Participação e Fomento do Estado de Goiás (Fomentar), que teve por objetivo internalizar e incrementar parte dos elos dos setores industriais no estado. Entretanto, em 2000, o Fomentar foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), que objetivou o fortalecimento das ações de expansão, a modernização e a diversificação dos setores industriais goianos.

Além disso, o processo de modernização das estruturas produtivas ganhou novo impulso, a partir dos anos 1990, quando o estado de Goiás foi incorporado, via Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), as cadeias produtivas integradas aos mercados internacionais. Assim, a expansão da agropecuária que se desenvolveu em meio à agricultura científica globalizada, que além dos mecanismos de financiamento privados proporcionados pelo capital financeiro,¹ teve também incentivos do Estado por meio dos programas de incentivo fiscal, créditos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como também, do Banco do Brasil, que é a instituição responsável pelo repasse dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Tudo isso teve um papel importante para incrementar o crescimento do produto goiano no contexto nacional e internacional. Segundo dados de IMB (2018), em 2017, Goiás esteve quarta posição entre os principais estados produtores de grãos no Brasil, perdendo somente para os estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. No caso do etanol, Goiás apresentou-se na segunda posição, atrás apenas do estado de São Paulo.

Entretanto, quando se observa a remuneração média, em 2016, o estado de Goiás encontra-se na 16ª posição, ficando atrás de estados como, por exemplo:

1. Como apontou Samuel (2018, p. 13): "O início do século XXI marcou a chegada de uma nova safra de capitalistas na agricultura mundial. Trata-se da presença do capital financeiro, representado por diversos tipos de fundos (pensão, soberanos, *hedge*, *endowments*, *private equity*), corporações (bancos, seguradoras e empresas) e indivíduos de alta renda, sobretudo, nos países de maior produção agrícola e com dinâmicas de fronteira como o Brasil".

Mato Grosso, na sexta posição; Mato Grosso do Sul, na décima posição; Tocantins, na 13ª posição; e, por fim, o estado do Pará, na 14ª posição. Em termos de indicadores sintéticos, o estado de Goiás esteve na nona colocação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000. Em 2015, o estado ocupou a décima colocação, permanecendo, deste modo, atrás de Unidades da Federação (UFs) como: Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Esses dados apontam que estilo de desenvolvimento do estado de Goiás primou pela estratégia de modernização da estrutura produtiva, incrementando, por conseguinte, o produto *per capita*, porém, com fortes indícios que reforçaram a heterogeneidade estrutural produtiva no estado.² Isto é, o padrão de reprodução do capital no estado de Goiás se assenta em uma estrutura espacial e produtiva, marcada por uma heterogeneidade típica de uma economia periférica como a brasileira. É em meio a esta problemática que se apresenta a proposta deste trabalho, ou seja, buscando identificar em que medida o crescimento econômico vivenciado no estado de Goiás determinou o padrão de distribuição espacial do PIB *per capita* dos municípios goianos nos anos de 2000, 2010 e 2016.

Para tanto, a hipótese deste trabalho encontra-se alicerçada nas premissas teóricas de Myrdal (1965), Perroux (1977) e Hirschman (1977) que destacaram, em um sentido mais amplo, que o processo de crescimento econômico não se objetiva de forma homogênea no espaço e no tempo, uma vez que, fatores econômicos, quando acionados pelas decisões de investimentos, se materializam de forma heterogênea no espaço regional ocasionando, assim, um crescimento desequilibrado entre os espaços regionais.

Deste modo, essa pesquisa justifica-se em várias dimensões. Quanto à relevância da temática, o debate sobre a problemática e os impactos do crescimento econômico na distribuição espacial municipal têm suma importância para se verificar se há ou não concentração da atividade econômica em certos municípios ou se os seus efeitos estão sendo distribuídos de forma homogênea no espaço regional. Além disso, a compreensão se há ou não a concentração produtiva nos municípios mais ricos em detrimento aos municípios mais pobres, tornando-se um importante elemento para subsidiar as

discussões de políticas públicas para o desenvolvimento inter-regional goiano.

Por sua vez, é importante ressaltar que o método adotado para fazer a identificação da existência de dependência e de associação de *clusters* espaciais é o índice de Moran global e local, dos diagramas de dispersão e da existência de *clusters* espaciais. Para tanto, as variáveis adotadas na investigação foram extraídas nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ipea.

Por fim, os valores nominais do PIB *per capita* municipal foram deflacionados pelo deflator implícito, o qual transformou os valores correntes em valores constantes de 2010, para o primeiro período entre 2002 e 2010; e valores constantes de 2016, para o segundo período entre 2010 e 2016.³ Ressalta-se que o deflator implícito é proveniente da razão entre o cálculo da variação do Valor Adicionado Bruto do estado de Goiás entre os períodos de 2002 a 2010 e de 2010 a 2016 e do cálculo da variação do índice de volume de Goiás para os períodos destacados.⁴

Em linhas gerais, observa-se que os resultados dos diagramas de dispersão do índice de Moran global, nos anos de 2002, 2010 e 2016, para as variáveis destacadas no texto destacam que existe dependência espacial nos municípios, ou seja, a localização tende a influenciar o PIB *per capita*, embora não tenha apresentado autocorrelação espacial para as taxas de crescimento do PIB *per capita*. Para o primeiro caso, observa-se que os municípios com altos/baixos valores (PIB *per capita*) apresentam contiguidade também com outros municípios com altos/baixos valores, embora a maioria esteja localizada no terceiro quadrante baixo-baixo (BB). Isso significa que a maior parte dos municípios goianos apresenta baixo PIB *per capita* (BB) e estes são circunvizinhos de outros municípios com as mesmas características, apesar da ligeira melhora (primeiro quadrante alto-alto – AA) nos anos 2002 e 2016.

Os *clusters* AA do PIB *per capita* revelam que municípios com altas/baixas taxas de crescimento são contíguos, sendo também vizinhos de municípios com as mesmas características e estatisticamente significativos. Ademais, as taxas de crescimento para o PIB *per capita* estão acima da média do Estado de Goiás, para os municípios localizados, principalmente na Mesorregião Sul Goiano, dos quais pertencem as

2. Para maiores detalhes veja Pires (2016).

3. Adotou-se este procedimento porque não há cálculo da taxa de crescimento Inter períodos.

4. Veja maiores detalhes na Nota Metodológica no final do texto.

microrregiões do Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Meia Ponte, Vale do Rio dos Bois e Catalão. A forte integração das atividades econômicas das cadeias e dos complexos agroindustriais de grãos, carnes, alimentos, adubos e fertilizantes, mineração e automóveis favorece a manutenção do PIB *per capita* elevado no período analisado.

Entretanto, os *clusters* BB têm taxas abaixo da média do estado de Goiás e têm se localizado principalmente nas microrregiões de Porangatu, Rio Vermelho, Iporá, entorno de Brasília, Ceres, Vão do Paranã, Anicuns, Anápolis e Chapada dos Veadeiros. Nestas microrregiões, as principais atividades econômicas de menor integração, consideradas de baixa taxa de crescimento econômico, são: administração, saúde e segurança públicas, turismo, cerâmica, pecuária leiteira e agricultura.

Um dos grandes problemas regionais nestas regiões é a ausência de infraestrutura básica do estado na promoção de políticas públicas em parceria com a iniciativa privada na atração de novos investimentos produtivos para a geração de emprego e renda. Os governos federal e estadual têm promovido, através de programas de desenvolvimento regional, a utilização de recursos de fundos constitucionais, como é o caso do BNDES e do FCO, mas ainda não têm alcançado os resultados esperados de redução das assimetrias regionais, aliás, o que se observa é a elevação das disparidades entre as regiões ricas e pobres.

Portanto, os resultados do trabalho baseados na análise exploratória de dados espaciais (Aede), principalmente dos *clusters* espaciais locais (AA e BB) tendem a corroborar a hipótese baseada nas teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman acerca das premissas do crescimento desequilibrado, pela existência de polos de aglomeração e de concentração de investimentos em determinados municípios, puxados pelas indústrias motrizes e indústrias-chave, correlatas e secundárias, as quais estão reforçando a concentração da atividade econômica em espaços específicos do território goiano, em especial, na região centro-sul do estado.

Pode-se afirmar que em Goiás há um padrão de distribuição do PIB *per capita* bastante heterogêneo, seja no espaço ou seja no tempo, que resulta no fortalecimento dos desequilíbrios regionais, necessitando, portanto, da atuação do Estado na elaboração de políticas públicas que tenham por fito minimizar as distorções de distribuição assimétrica dos investimentos produtivos no espaço regional goiano.

Isto pode acontecer por meio do direcionamento do Estado de um conjunto de investimentos públicos

ou, em parceria com a iniciativa privada, que tenha por objetivo construir um tecido industrial mais homogêneo entre as regiões, sobretudo, estimulando efeitos de encadeamento e agregação de valor nas cadeias produtivas locais. Para tanto, se faz necessário construir um projeto claro para o Estado no sentido de tecer cenários consistentes de curto, médio e longo prazos com objetivos e metas bem delineadas e aderentes à realidade dos agentes econômicos locais envolvidos no processo de industrialização do estado.

Tudo isto teria um papel fundamental para corrigir uma distorção do estilo de desenvolvimento do estado que, no atual momento, reforça um padrão de concentração de investimentos em atividades econômicas existentes, principalmente nos municípios localizados na mesorregião centro-sul de Goiás, em detrimento aos municípios localizados nas mesorregiões do centro-norte goiano.

REFERÊNCIAS

HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional do crescimento econômico. *In*: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES. **Goiás em Dados**. IMB, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3l0HZ3V>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. *In*: SHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIRES, M. J. S. **Uma sistematização da discussão sobre heterogeneidade industrial**. um olhar para além das regiões brasileiras: o caso do Centro-Oeste brasileiro. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2257).

SAMUEL, F. **Território, capital financeiro e agricultura Land Grabbing e fronteira agrícola no Brasil**. 2018. Tese (Livre Docência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.